



Mídia do Oprimido e os Meios de Comunicados: teorias do educador Paulo Freire aplicadas ao campo da comunicação¹

Fernanda Pereira Ferreira Ribeiro²

Mestranda em Comunicação e Cultura

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola de Comunicação

Resumo

A partir das teorias do educador brasileiro Paulo Freire, este *paper* propõe a “Mídia do Oprimido” como possibilidade de diálogo entre o campo da comunicação e as classes subalternas e como meio de transformação social à luz da Leitura Crítica da Comunicação. Tratamos aqui tanto da comunicação mediada pelos meios – rádio e jornal comunitários, cinema da periferia – quanto o teatro, a dança, as artes e outras formas de manifestação cultural e meios populares de se comunicar. Partindo de um viés histórico, contextualiza as questões tratadas por meio de revisão bibliográfica e trabalho de compilação, revendo esses estudos sob uma ótica analítica. Um dos objetivos deste trabalho é propor um caminho para a interdisciplinaridade entre os campos da comunicação e da educação.

Palavras-chave

Comunicação e educação; oprimido; leitura crítica; Paulo Freire.

Introdução³

O campo teórico da comunicação, as pesquisas acadêmicas e as disciplinas oferecidas nas faculdades do Brasil se apropriam do saber oriundo de outras áreas do conhecimento como a sociologia, a filosofia, a antropologia, a psicologia.

Segundo Peruzzo (2002), os estudos sobre comunicação e educação tendem a enfocar as relações e as inter-relações entre os dois campos do conhecimento,

¹ Trabalho apresentado ao Intercom, na Divisão Temática 06 Interfaces Comunicacionais, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Formada em Jornalismo e em Rádio & TV pela ECO/UFRJ. Integrante do LECC (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da ECO/UFRJ). Orientanda da Prof. Dra. Raquel Paiva.

E-mail: fernandapereirafferreira@gmail.com

³ Este *paper* faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado que está sendo realizada pela autora. É importante ressaltar que a pesquisa se encontra em fase inicial, tendo ainda muitas questões a serem estudadas, analisadas e desenvolvidas.



principalmente a questão da ensino-aprendizagem enquanto mediada por um processo comunicativo; da utilização de meios de comunicação na educação presencial, nas instituições de ensino; do papel da mídia no processo de educação; da educação para a recepção crítica das mensagens transmitidas através dos meios massivos, especialmente a televisão.

Tratamos aqui da aplicação dos conceitos do educador Paulo Freire ao campo da comunicação – em especial dentro dos movimentos populares e das universidades, onde pode-se encontrar maior abertura para esta possibilidade, já que a mídia comercial de massas é atrelada e vinculada ao capital e visa em grande parte o entretenimento. Um campo ainda pouco explorado — ainda mais se tratando de um autor brasileiro — é o uso da Pedagogia do Oprimido em pesquisas e cursos de Comunicação Social.

A Pedagogia do Oprimido aplicada, por exemplo, à televisão apresenta duas abordagens principais. A primeira se refere a como a informação pode ser construída e assimilada pelos próprios telespectadores de forma ativa, levando-os a reconstruir a própria realidade, de maneira crítica. A segunda trata do processo através do qual o próprio comunicador aprende. Em outras palavras, de que maneira uma comunicação televisiva, voltada a um público popular, pode levar o comunicador para dentro da realidade dos espectadores e fazer com que ele aprenda também. Para isso, é necessário combater a idéia de que o comunicador tem um saber — domínio técnico da linguagem e dos meios — superior ao dos telespectadores, e que o processo de aprendizagem seja unilateral.

A mídia do oprimido

A idéia de uma mídia comunitária, popular, livre, alternativa, cidadã, participativa, radical ou contra-hegemônica – recorrente em diversos autores como Raquel Paiva, Cicilia Peruzzo, Muniz Sodré, Mario Kaplún e John Downing – vem sendo discutida, analisada e debatida constantemente nos estudos de comunicação, sobretudo a partir das possibilidades da web.2 e das discussões em torno do digital.

Não pretendemos neste trabalho dar conta desses conceitos. Muitos deles, inclusive, são elásticos e amplos. Encerram significações variadas. Para tratar da comunicação das classes subalternas e sintetizar as idéias presentes nestes termos, lançaremos mão, com respaldo nas teorias de Paulo Freire, do termo Mídia do Oprimido, que, assim como a Pedagogia do Oprimido freireana e o Teatro do Oprimido de Augusto Boal, é a comunicação “do” oprimido, forjada “com” ele e “para” ele,



enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Entendemos por oprimido todos os excluídos, principalmente os que estão à margem da sociedade – margem econômica, cultural, educacional, simbólica – em especial os excluídos dos meios de produção de mídia.

A mídia do oprimido é a mídia em benefício da cidadania. Cidadania esta construída pelos próprios cidadãos. É a expressão dos setores populares organizados da sociedade civil, sendo um poderoso instrumento de educomunicação popular. Deve desenvolver a consciência crítica, o intelecto, a auto-estima.

Tratamos aqui tanto da comunicação mediada pelos meios – rádio e jornal comunitários, internet, cinema da periferia – quanto o teatro, a dança, as artes e outras formas de manifestação cultural e meios de se comunicar. Nos referimos aos meios de comunicação comprometidos com as questões de cidadania, pois é sabido que existem outros que se intitulam comunitários mas possuem objetivos diversos – assistencialistas, político-eleitoreiros, religiosos.

A forma em si de se fazer esta comunicação é contra-hegemônica. Se permite o informal, a linguagem popular, o sentido coletivo de propriedade, gestão, programação dos conteúdos, além do aspecto do trabalho voluntário. É um local em que percebe-se a reprodução da grande mídia mas também apontam-se novas perspectivas.

Numa primeira leitura, o termo oprimido pode parecer simbolicamente relacionado ao ser que se encontra numa posição inferior, que está “por baixo”, à margem, que tem diminuída a sua auto-estima, carregando atualmente significação pejorativa. O signo linguístico reforça idéias e estigmas. Mas é necessário resgatar este conceito. A consciência da situação do homem como oprimido e a consciência de que existe opressor – e identificar o opressor – é essencial para transformá-los. “Reconhecer-se como oprimido os engaja na luta por libertar-se” (FREIRE, 2006b: 39). Gramsci e Bakhtin também discorrem em seus estudos sobre a importância do homem reconhecer seu lugar histórico no mundo. A consciência leva à interferência, leva à ação. E a consciência nasce da crítica. Qualquer esforço de comunicação popular deve possibilitar a tomada de consciência do homem de sua realidade.

Algumas questões se colocam pertinentes ao tratarmos da consciência crítica, termo chave na práxis freireana: como incluir os “sem opinião” na discussão? Como formar uma consciência crítica se dependemos da mídia hegemônica para encaminhar o debate? É possível uma grande mídia de outra forma ou só teremos um debate



alternativo, outras idéias, nas pequenas mídias? Mais vale atingir milhões para informar ou alguns para transformar?

Numa população mundial hoje em torno de 6 bilhões de habitantes, quase 1 bilhão sobrevive em situação de fome e miséria extrema (ZIEGLER, 2002), alguns outros bilhões vivem em condições médias de pobreza econômica, enquanto uma menor parcela vive no conforto. Tratamos aqui de conforto em relação a bens econômicos, educacionais e simbólicos. Falamos de acesso e opção a um leque diversificado de bens culturais. Mas o que a “crítica” ou a “comunicação” têm a ver com isso?

É sabido que fome, miséria e todas as ordens de exclusão estão intimamente relacionadas às questões econômicas, por sua vez atreladas às ético-políticas e ao poder. Mídia, mercado, política e poder, igualmente, não se separam na sociedade atual. A mídia hoje talvez seja o instrumento mais poderoso de conformação, alienação e manutenção do status quo. E calar significa aderir.

Não pretendemos instituir um modelo ideal de comunicação ou de sociedade, mas perceber as possibilidades e o diálogo entre a Pedagogia do Oprimido e a comunicação hoje, re-analisando e re-atualizando essa práxis. Uma das possibilidades concretas de aplicação do método freireano ao campo da comunicação é o resgate do “Projeto de Leitura Crítica”, re-instituindo-o nas universidades e movimentos populares.

O Projeto de Leitura Crítica da Comunicação

A primeira experiência sistemática de educação crítica voltada para os meios de comunicação da América Latina começa em 1968 dirigida a crianças e jovens de colégios religiosos católicos (MORAN, 1993: 101). O educador-comunicador Mario Kaplún desenvolve o conceito de “Leitura Crítica” como processo de educação não formal e cria um curso de Leitura Crítica, como método de formação do receptor (Id., Ibid.: 115).

O Projeto de Leitura Crítica da Comunicação (LCC)⁴ foi desenvolvido pela União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), fundada em 1970, em São Paulo. Surge das experiências da UCBC no início da década de 70 com a realização de cursos e seminários de análises críticas da comunicação, coordenado por jornalistas e professores ligados à entidade, dentre eles: Ismar de Oliveira Soares, José Marques de Melo e José Manuel Morán. A LCC situa-se no âmbito educacional, como uma sugestão de trabalho

⁴ Todos os dados sobre o LCC foram obtidos a partir do Projeto LCC, 1985 (vide Referências bibliográficas).



para educadores, líderes de movimentos populares e agentes de pastoral da Comunicação das Igrejas Cristãs.

O projeto visa despertar a consciência crítica através do estudo da estrutura, linguagem, técnica, mensagem e ideologia dos meios de comunicação de massa (em especial a TV e o jornal). Seus objetivos principais são: análise da mensagem dos meios de comunicação; denunciar a manipulação exercida pelos meios; alertar sobre o controle e o desvio da informação; desenvolver a consciência crítica do grupo; contribuir para a libertação integral dos empobrecidos; crítica ao sistema sócio-econômico-político-cultural no Brasil e no mundo; compromisso de mudança (com a criação de canais alternativos de comunicação: jornais comunitários, teatro popular, video-militante, murais, etc).

A metodologia dos cursos era baseada na apresentação de produtos de comunicação (jornais, revistas, TV, vídeo) fazendo análises e debates em grupo. Os cursos procuravam apontar uma linha de ação por meio do exercício da comunicação alternativa e popular. A partir de 1982 passam a ser ministrados fora de São Paulo (Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Curitiba).

Nos anos 80 o projeto dividiu-se em unidades de trabalho atendendo a públicos distintos:

- 1) LCC Análise: direcionado a professores, jovens, agentes de pastoral. O objetivo era despertar a consciência crítica através de estudo da estrutura, linguagem, técnica, mensagem e ideologia dos meios de comunicação.
- 2) LCCC (Leitura Crítica de Comunicação Cristã): voltado para grupos religiosos, onde fazia-se análise das relações de comunicação nas igrejas cristãs e a comunicação do culto ou liturgia.
- 3) LCC para grupos populares: destinado às comunidades pobres das periferias das grandes cidades e do meio rural.

Em seu método, havia a preocupação em não transferir conhecimento dos professores, mas ser participativo. O coordenador não deve interferir, mas respeitar os juízos de valor de cada um. A metodologia da LCC é baseada no diálogo relacionado com a vida e prática das pessoas do grupo; postura não-autoritária e dialógica do coordenador; postura pedagógica e política clara.

Percebemos na LCC um viés marxista, gramsciano, e freireano. Trabalha a dialética; os fenômenos e contradições sociais; a historicidade dos processos sociais e dos conceitos; as condições socioeconômicas; as relações sociais de produção e



dominação; o diálogo e participação do oprimido. Ortiz (1986) aponta que a tradição marxista vê na massa um potencial revolucionário.

Para Gramsci (COUTINHO, 1999) a hegemonia é uma direção ideológica, que se traduz numa homogeneidade de pensamento. A contra-hegemonia busca um espaço de transformação, de mudanças. Democratizar a cidadania é um princípio contra-hegemônico, contra uma ordem estabelecida de idéias, posições, costumes e ordem social.

A finalidade principal da educação para uma leitura crítica da comunicação é mudar a atitude básica das pessoas diante dos grandes meios, ajudando a desenvolver uma percepção mais ativa e atenta. Como consequência, é provável que cada pessoa desenvolva uma consciência de classe maior, um desejo de participação política também mais acentuado, com uma inserção mais eficaz em diversas organizações sociais (MORAN, 1993: 40).

Segundo Morán (1993: 171) os meios de comunicação devem ser analisados como sistemas materiais de circulação de mercadorias atrelado ao capitalismo. Morán assinala que para a maioria da população os meios significam deslumbramento, novidade, fascínio, lazer, interação com o mundo – uma dimensão positiva. Se há críticas, são superficiais, esporádicas, momentâneas e não estruturais. Os meios parecem transparentes, óbvios, não problemáticos (Id., Ibid.: 172).

O autor aponta que a educação para os meios é um projeto de aperfeiçoamento contínuo. Ao descobrir a “armação” econômica e política, as ligações entre a comunicação e os grupos dominantes, as pessoas querem educar os telespectadores ao nível da resistência, da desconfiança, da fuga da televisão. A análise situada só ao nível da ideologia não dá conta. Há outras dimensões: de modernidade, de lazer, de sedução dos meios que devem ser levadas em conta na crítica (Id., Ibid.: 172-174).

As análises apocalípticas não coincidem com as evidências da percepção dos “receptores”. Não conseguem oferecer à sociedade e às outras áreas do conhecimento uma reflexão coerente, fundamentada, que quebre preconceitos teóricos e existenciais. A televisão, por exemplo, é vista por pessoas de classe popular como veículo do lazer, da modernidade, do progresso, do novo, do mundo real-irreal, semelhante a vida cotidiana. Os meios representam uma vida desejável. A palavra “crítica” gera resistências pois trabalha com o racional, a lógica, a ideologia e não o lúdico, o lazer, o cotidiano, o prazer, a alegria. Os intelectuais querem ensinar, educar. Os donos dos meios, divertir, entreter. A colocação dos educadores e intelectuais (que a dimensão



cultural é tão importante quanto a política ou a econômica) é válida. Mas estes se encontram em situação bem diferente da maioria da população (os intelectuais têm preenchidas as necessidades básicas e têm acesso a outras manifestações culturais). Para a população mais carente a cultura é importante, mas se dá nas relações interpessoais (encontros, festas, rua) e na fruição dos grandes meios (rádio e TV) (MORAN, 1993: 174-177).

Os meios de comunicação acompanham o ritmo do homem moderno que faz tudo ao mesmo tempo. Expressam essa dinâmica da rapidez e da síntese cotidiana e são atraentes por isso. O comunicador precisa apresentar sua mensagem com rapidez, afeto, criatividade, alegria, entretenimento e modernidade, trabalhando no reino das sensações e da sedução, categorias fundamentais para o homem urbano de hoje. A mídia do oprimido deve estar atenta a todas essas questões. Mas pode também atuar buscando alternativas e tentando desnaturalizá-las.

A pedagogia do oprimido e os meios de “comunicados”

As teorias de Paulo Freire podem ser um referencial teórico para o campo da comunicação, oferecendo subsídios para elaboração de uma reflexão consistente a partir de uma visão histórica e interdisciplinar entre os campos da comunicação e da educação. A capacidade crítica é fruto do processo educativo.

É conveniente *aproximar educadores e comunicadores*. Os educadores não se têm preocupado de forma consistente com a dimensão da comunicação e com uma análise rica dos meios. Os comunicadores não se têm aproximado dos educadores e das experiências de educação comunitária. Do encontro de ambos, o enriquecimento e o avanço se tornarão encorajadores (MORAN, 1993: 165).

A principal questão imbutida na mídia do oprimido é que ela é construída “com” os oprimidos e “para” eles. É feita a partir da participação popular. Os conteúdos devem ser discutidos nas comunidades populares pelos comunicadores e por aqueles que tiverem interesse. Para tanto é necessário a quebra do pre-conceito em relação ao homem comum. Com a descrença no homem e no diálogo, pretende-se a continuação do status quo.

[Há] uma inegável descrença no homem simples. Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de que procurar conhecer: o de sujeito desta procura. Daí a preferência por transformá-lo em objeto do “conhecimento” que se lhe impõem. Daí esse afã de fazê-lo dócil e paciente receptor de “comunicados”, que se lhe introjetam, quando o



ato de conhecer, de aprender, exige do homem uma postura impaciente, inquieta, indócil. (...) Esta descrença no homem simples revela, por sua vez, um outro equívoco: a absolutização de sua ignorância. Para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim. Estes, como sujeitos desta definição, necessariamente a si mesmos se classificam como aqueles que sabem. Absolutizando a ignorância dos outros, na melhor das hipóteses relativizam a sua própria ignorância. (FREIRE, 2006a: 46).

É preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se esta crença nos falha, abandonamos a idéia, ou não a temos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos *slogans*, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo. Esta é uma ameaça contida nas inautênticas adesões à causa da libertação dos homens. (FREIRE, 2006b: 60).

A luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se” [aspas do autor]. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina (FREIRE, 2006b: 62).

Freire fala que o poder de libertação dos oprimidos está neles próprios. Também aponta para o fato de que é preciso libertar não só o oprimido, mas também o opressor, e o opressor que está “no” oprimido.

Esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos é libertar-se a si e aos opressores. Os que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos (...). Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? (...) Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível libertar-se. (FREIRE, 2006b: 33-34).

O autor assinala que ser homem é ser opressor, pois esse é o referencial que os oprimidos conhecem, esse é o seu ideal, seu testemunho de humanidade. A estrutura de seu pensar está condicionada a isso. Assim, os oprimidos assumem uma postura de “aderência” ao opressor. Seu conhecimento de si mesmo como oprimido se encontra prejudicado pela “imersão” na realidade opressora, que pretende não a libertação, mas a identificação com o seu contrário. E essa aderência não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. Desta forma, querem a reforma agrária, por exemplo, não para se libertarem, mas para tornarem-se proprietários, patrões de novos empregados. Isto porque a situação concreta, vigente, de opressão, não



foi transformada. “Assim, ao se tornar capataz, o camponês se torna mais duro que o patrão para assegurar seu posto: o oprimido tem no opressor seu testemunho de ‘homem’”. (FREIRE, 2006b: 35-36).

Os oprimidos, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la (FREIRE, 2006b: 37-38). Lutar é uma ameaça – corre-se o risco de perder o emprego, por exemplo, de sua situação ficar pior. Os oprimidos devem ser encarados como seres duais, contraditórios, divididos.

Outra questão fundamental que tratamos aqui é o alerta que Freire nos coloca para o equívoco gnosiológico do termo comunicação: a comunicação midiática é antidialógica e como tal incompatível com uma verdadeira comunicação. Os meios de comunicação na verdade são meios de comunicados. São unilaterais. O espectador é objeto passivo.

A manipulação é outra característica antidialógica. Se dá pelos mitos que reafirmam o modelo burguês de ascensão. Todos os mitos são introjetados pelas massas populares oprimidas para a sua conquista e os veículos são os meios de comunicação de massas – onde não há comunicação e sim depósito de comunicados (FREIRE, 2006b: 160). Esta visão “bancária” da comunicação, como depósito e transferência de informação, estimula a ingenuidade e não a criticidade (FREIRE, 2006b: 66).

Se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significante mediador dos sujeitos. Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em *paciente* de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. (...). Na comunicação não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo (FREIRE, 2006b: 67).

A comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente (FREIRE, 2006b: 70).

Quando um sujeito leva a outro um conhecimento (este deixando assim de ser sujeito), ocorre a ação extensiva. (...) A tendência do extensionismo é cair facilmente no uso de técnicas de propaganda, de persuasão, no vasto setor que se vem chamando “meios de comunicação de massa”. Em última análise, meios de *comunicados* às massas, através de cujas técnicas as massas são conduzidas e



manipuladas, e, por isto mesmo, não se encontram comprometidas num processo educativo-libertador (FREIRE, 2006b: 72).

Os animais vivem no “suporte”. Os homens no mundo (pois têm consciência). Seu fazer é ação e reflexão: é práxis, é transformação do mundo. Seu fazer tem que ter uma teoria que o ilumine. A verdadeira revolução tem de inaugurar o diálogo corajoso com as massas. Este diálogo responde a outra exigência radical: a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase “coisa” e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários (FREIRE, 2006b: 141-145).

Como então os meios de comunicação podem ser dialógicos? Como o comunicador pode ser receptor e o receptor comunicador, se estes papéis são cristalizados e bem definidos; se o comunicador é aquele que detém a mensagem e o receptor aquele que “nada sabe” e assiste passivamente?

Aqueles que não acreditam numa comunicação verdadeiramente comunicativa, o fazem por pessimismo, cristalização e naturalização, ideologia ou porque vêem outras possibilidades como uma ameaça, o que impede o desenvolvimento de uma comunicação ativa e co-participante.

Adaptando as idéias freireanas voltadas para a educação, ao campo da comunicação, podemos dizer que a comunicação que não tente fazer o esforço de conscientização, “e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados, na extensão de conteúdos (...), não pode esconder sua face desumanista.” (FREIRE, 2006a: 91). O comunicador comprometido com as transformações radicais, deve, antes de tudo, crer no povo, nos homens simples, na sua capacidade de pensar e construir o mundo criticamente, e comungar com eles e com eles “pronunciar o mundo” (FREIRE, 2006a: 93).

As novas tecnologias da comunicação (como a internet) podem possibilitar que o sujeito seja mais ativo, atuante, pensante, criador nas relações com os meios de comunicação. Mas para isso precisam estar conectadas com a educação e a reflexão, o que depende mais do material humano do que tecnológico. A tecnologia é apenas ferramenta. A educação libertadora e dialógica (através da escola, do educador, dos movimentos populares, da leitura crítica) é a base para instrumentalizá-lo. A crítica baseada no diálogo e a comunicação do oprimido – reflexão e ação, consciência e prática, práxis libertadora – podem ser estratégias de transformação social.



Os movimentos populares e universitários no Rio de Janeiro

Disseminam-se, mais do que nunca, no Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, movimentos populares atentos à questão do desenvolvimento social e formação de cidadania. Discute-se o papel da arte e da comunicação como formas de inclusão social, cultural e educacional. Jornal O Cidadão⁵; Revista OCAS⁶; rádios comunitárias; Lonas Culturais na periferia⁷; Teatro de Rua⁸; Teatro do Oprimido⁹; proliferação de cursos pré-vestibulares comunitários¹⁰; movimentos como CEASM¹¹, AfroReggae¹², CUFA¹³, Nós do Morro¹⁴, Nós do Cinema¹⁵. Movimentos pela democratização da comunicação. Cursos de artes, dança, cultura popular. Grupos universitários de pesquisa e discussão.

Diversos são os ambientes utilizados para trocar conhecimento, cultura e informação nas periferias. Diversos são os meios que proliferam, transformam, informam, agregam, aprendem, ensinam, incluem, levam arte e cultura para além do “pão e circo” — pois colocam o cidadão numa posição de sujeito, como aquele que tem capacidade de refletir e transformar o seu meio. Detemo-nos, aqui, aos meios de informação, cultura e educação que levam à reflexão. Aos novos meios que chegam aos que, econômica, social e culturalmente, estão na periferia. Detemo-nos, também, aos meios que procuram respeitar e incluir a cultura local. Nos que atuam mais num sistema de troca do que professoral. Trocar, interagir, usando a cultura local, a informação, as ideologias, as letras, a arte e, acima de tudo, lidando com o imaginário, fazendo pensar e refletir, sem respostas prontas e fechadas, é contribuir para a formação cidadã do homem. É torná-lo ator e sujeito. É não deixá-lo passivo, atônito e apático. É construir desconstruindo. É formar senso crítico.

⁵ Jornal comunitário da Maré feito há 10 anos pelos e para os moradores desta localidade.

⁶ Revista de temas culturais, políticos e sociais vendida no Brasil exclusivamente por moradores de rua.

⁷ Projeto incentivado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que, desde 1993, leva cultura a periferia através de espaços feitos de lona.

⁸ Teatro popular apresentado em praças e ruas. No Rio de Janeiro é realizado atualmente pelo ator e diretor Amir Haddad.

⁹ Técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, cujo mote é a difusão da arte cênica e o acesso das camadas sociais menos favorecidas.

¹⁰ Atualmente, no Rio de Janeiro, há cerca de 100 cursos pré-vestibulares comunitários que, além de contribuírem para a democratização do acesso ao ensino e a inserção na universidade de grupos sociais menos favorecidos, discutem cultura e cidadania através de uma pedagogia crítica e participativa.

¹¹ Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré.

¹² Grupo cultural do Rio de Janeiro criado na e para a favela.

¹³ Central Única das Favelas – organização que atua nas esferas política, social, cultural e esportiva.

¹⁴ Grupo de teatro do morro do Rio de Janeiro.

¹⁵ Grupo de cinema do morro do Rio de Janeiro.



Professores revolucionários, livros, teatro, música, dança, artes visuais, fotografia, cinema: apesar de permanecerem elitistas, distantes para a maioria dos brasileiros, de alguma forma esses meios vêm contribuindo para essa formação cidadã, quando alguns poucos profissionais inspirados sobem os morros ou os atravessam. Ou quando essa demanda parte de líderes das próprias comunidades.

É necessário respeitar e ouvir o oprimido. É necessário fazer com que o oprimido vire sujeito. Ele também é capaz de produzir — e não só assistir. Antes de esperar a grande reforma dos ensinos fundamental e médio para que a universidade pública brasileira seja realmente para todos e dê acesso democrático a cursos elitistas como o de Comunicação Social, é papel da própria universidade, em convênio com movimentos sociais, idealizar e realizar projetos de extensão que forme, por exemplo, jovens da periferia em cursos técnicos e prepare mão-de-obra para os veículos de comunicação.

Ora, a universidade pública brasileira é um local de excelência no qual se produzem pesquisas e críticas relativas a transformação da sociedade mas que precisa transformá-la de forma mais pragmática e igualitária, já que funciona não com o recurso do capital empresarial que pressupõe limitações transformadoras, mas com os bens públicos. A simples solução de realizar convênios e formar profissionais através de cursos gratuitos de extensão em comunidades de baixa renda e na periferia, mobilizando a própria comunidade acadêmica, poderia contribuir para um maior interesse e inserção de jovens da periferia na área de comunicação.

Os conteúdos midiáticos estão cada vez mais atrelados a elementos como o mercado, a publicidade, a audiência, o capital. Mas aqueles que se propõem a construir uma comunicação crítica e alternativa devem se articular por meio das brechas oferecidas a partir do próprio sistema.

À guisa de conclusão

Na década de 1960 no Uruguai, o educador-comunicador Mario Kaplún provou, com êxito, que era possível fazer comunicação educativa que entretece com audiência. No Canal 12 de Montevideú, produziu e apresentou um programa semanal de opinião intitulado *Mi sala de audiências*, um programa polêmico, de debates políticos e sociais, com cerca de duas horas. Teórico que preconizava a práxis, deixou um “legado utópico”:



Na sua prática comunicativa Kaplún buscou as mais variadas alternativas de aproximar as populações menos favorecidas do acesso à educação pela comunicação (...). Suas ações foram realizadas no sentido de construir alternativas que servissem para abrir uma via de mão dupla no campo comunicacional. Primeiro fazendo uma crítica à complacência, ao marasmo e a não participação efetiva no processo. Em um retrato fiel de seus pensamentos, “uniu a razão e a poesia, o rigor e o humor”. Foi capaz de compreender que não bastava ganhar simultaneamente receptores sem potencializar os emissores (MELO, 2006).

A Leitura Crítica e a Mídia do Oprimido são dois caminhos. Um terceiro é lutar para modificar a legislação da comunicação, de modo que permita maior representação da sociedade e acesso aos meios de produção, ao espectro radiofônico e televisivo, por exemplo.

O Brasil se formou historicamente com a predominância do mutismo, da não participação política e falta de vivência comunitária. Sem diálogo. De forma vertical. Sob o jugo “feudal”. Sem participação popular. Sob uma autoridade externa, dominadora, paternalista e antidemocrática. Mas isso não é destino eterno.

Partindo do princípio de que o real é construído socialmente e culturalmente, portanto, passível de transformação (pois o que é construído a partir das relações sociais não é natural, da ordem da natureza, ou algo dado e pode ser destruído, desconstruído e reconstruído), percebemos possibilidades de mudanças efetivas na ordem cultural e social vigente – mesmo que pontuais e muito lentamente – para que a história possa ser contada pelos oprimidos. Nas palavras do mestre Paulo Freire, “transformar a realidade opressora é tarefa histórica” (2006b: 41). A desumanização é um fato concreto na história, porém, não é destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores (FREIRE, 2006b: 32).

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens. Também não se transforma por acaso.(...) A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela (a práxis) é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. (FREIRE, 2006b: 42).

Uma face oculta da caridade é tomar o lugar do outro no discurso. A transformação deve emergir do oprimido, é necessário que se frise. O papel da mídia do oprimido não deve ser “dar a ele”, mas instrumentalizá-lo. A comunicação fora da



grande mídia é o espaço mais exequível para a construção da cidadania pois é capaz de romper a dicotomia emissor/receptor e se tornar um meio de fala coletiva.

Os meios de comunicação têm tarefa importante na (des/re)construção do mundo de hoje. É preciso defender e praticar uma comunicação que respeite “no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito” (FREIRE, 2007: 44), engajados no “esforço de humanização e libertação do homem e da sociedade brasileira” (FREIRE, 2007: 45).

Inspirados em Freire e substituindo o vocábulo educação por comunicação, podemos dizer que precisamos de uma comunicação “corajosa”, uma comunicação “que leve o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço” (FREIRE, 2007: 100-101). A comunicação deveria possibilitar e inspirar uma mudança de atitude no homem, que substituisse antigos e culturológicos hábitos de passividade por novos hábitos de participação e ingerência (FREIRE, 2007: 101). Que levasse a posições mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras (FREIRE, 2007: 104).

O caminho mais viável para construção dessa comunicação é a crença no povo. É rejeitar fórmulas dadas. Acreditar que temos algo a permutar com os homens e mulheres simples e nunca exclusivamente oferecer-lhe (nós, comunicólogos). Experimentar métodos, técnicas, processos de comunicação. Só nas bases populares e com elas pode-se realizar algo de sério e autêntico para elas.

Referências bibliográficas

ASSIS, Filemon de. **Da práxis dos meios de comunicação de massa: análise do projeto TAT (Television Awareness Training) e proposta do projeto DCCT (Desenvolvimento da Consciência Crítica do Telespectador)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: UESP, 1983.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec e Annablume, 2002.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido. E outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.



_____. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

MELO, José Marques de (org. et al). **Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún.** São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO, Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

MORAN, José Manuel. **Leituras dos Meios de Comunicação.** São Paulo: Ed. Pancast, 1993.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.** PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez, 2002.

PROJETO LCC: A história de um processo. União Cristã Brasileira de Comunicação Social. 1985.

ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais.* S. Paulo, ANPOCS, n. 01, Junho, 1986.

ZIEGLER, Jean. **A fome no mundo explicada a meu filho.** Petrópolis: Vozes, 2002.